

A POSSIBILIDADE DE SER LIVRE E A QUESTÃO DO DESTINO – BUSCANDO O EQUILÍBRIO ENTRE O DECISIONISMO E O FATALISMO

Livio Osvaldo Arenhart¹
Amabilia Beatriz Portela Arenhart²

RESUMO: O propósito deste artigo é articular a crença no destino e a possibilidade existencial de tornar-se livre. Sustenta uma posição de equilíbrio entre o decisionismo e o fatalismo. Aquilo que vem ao sujeito pode não resultar de suas ações e decisões; portanto, pode lhe ser imposto como destino. Mas o modo como este é interpretado depende sempre do sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: destino, liberdade, decisionismo, fatalismo.

ABSTRACT: This paper aims at articulating the belief in the fate and the existential possibility to become free. It sustains a position of equilibrium between decision making and fatalism. That which comes to the subject can not result from his/her actions and decisions; therefore, it can be

¹ Doutor em Filosofia e professor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, *Campus* de Santo Ângelo e do Instituto Estadual de Educação Odão Filippe Pippi.

² Bacharel e Especialista em Direito, Psicóloga, Mestranda em Ciências Sociais (na UNISINOS) e professora do Instituto Superior de Educação de Santo Ângelo.

imposed to him/her as fate. But the way it is interpreted always depends on the subject.

KEY-WORDS: destiny, freedom, decision making, fatalism.

INTRODUÇÃO

Suponhamos que as profissionais de uma escola pública de educação infantil se deparem com uma criança de cabelos totalmente embaraçados. Em função da tarefa de desenlear os cabelos dessa criança, as educadoras terão de fazer uma opção entre duas maneiras de se posicionar frente a esse desafio. Uma, desfazer pacientemente os nós, usando pente, os próprios dedos, e conversando com a criança, de tal modo que ela se submeta a um serviço que pode se prolongar. A atitude alternativa consistiria em pegar a tesoura ou outro instrumento para, num instante, rapar a cabeça da criança, parcial ou totalmente. Esta última postura, pelo fato de ser executada através de ações simples e imediatas, pode ser considerada decisionista³.

Pressupomos que a prática pedagógica, por definição, trata de questões complexas⁴. E que a “espada alexandrina” apenas excepcionalmente é solução adequada para os “nós górdios” da prática pedagógica. Contudo, se observamos atentamente as práticas e falas dos/das profissionais da educação, podemos perceber uma forte inclinação para a postura decisionista. E, em reação às pseudo-soluções e ao caráter contraproducente das ações que manifestam esta postura, tendem a escorregar para uma postura fatalista, segundo a qual nada de diferente e

³ A fim de tornar preciso o conceito de postura decisionista, vale lembrar a antiga lenda à qual se liga a expressão, usual em nosso idioma, “nó górdio”. A lenda diz que, na cidade frígia de Górdio, havia um carro de batalha consagrado a Zeus. Preso a ele, encontrava-se um nó engenhosamente amarrado. De acordo com a mesma lenda, prometia-se nada menos que a soberania sobre a Ásia a quem tivesse o engenho de desatar o nó (górdio). Quando Alexandre Magno chegou à cidade, foi-lhe apresentado também o carro sagrado com seu nó. Mas Alexandre, em vez de inclinar-se para desatá-lo paciente e inteligentemente, puxou sua espada e o cortou num único golpe (MOLTMANN, 1986, p. 133-142).

⁴ TEIXEIRA, 2001, pp. 215. 218. 233-234. 236-237. 242.

melhor pode ser feito ⁵.

Presumimos que no fundo desta questão pedagógica reside uma questão antropológico-existencial, que diz respeito à concepção da relação entre liberdade e destino. O decisionismo pedagógico se apóia numa noção inadequada do valor máximo da vida moderna, que é a autonomia.

Na sociedade tecnológica, a maioria de nós, inclusive os profissionais da educação, orienta-se pelo valor máximo da autonomia. Mas quando nos pomos a relatar nossa história e interpretar nossas práticas, muitas vezes nos vemos às voltas com a velha idéia do destino, ou seja, não conseguimos nos compreender senão enredados numa trama de acontecimentos em que nossa vontade está longe de cumprir o papel de árbitro. Por mais que nos empenhemos em determinar o rumo a seguir, volta e meia nos flagramos em situações positiva ou negativamente surpreendentes, em que vem a nós algo que não escolhemos nem esperamos.

Como princípio metodológico, admitimos que a “distância” entre os opostos contrários é muito pequena, ou seja, fácil e imperceptivelmente transitamos de um para o outro. Quanto à temática aqui enfocada, do exagero decisionista facilmente se resvala para a atitude oposta do fatalismo. Mas, pressupomos também que, onde e quando não nos deixamos arrastar pela tendência ao menor esforço, podemos encontrar uma posição de equilíbrio entre esses opostos. Nestas páginas, a questão a que procuramos responder diz respeito justamente ao modo mais razoável de articular a crença no destino e a pretensão de ser livre. Posicionamos a favor do esforço (teórico e prático) de buscar um equilíbrio entre os pontos de vista unilaterais do decisionismo e do fatalismo ⁶.

⁵ A nosso ver, a oscilação entre o decisionismo e o fatalismo se manifesta notoriamente quando se trata de questões atinentes à formação continuada. Majoritariamente, as atividades de formação continuada são buscadas como uma “espada alexandrina” e, como elas nunca podem ser isso, são avaliadas e tomadas como não tendo valor algum e, conseqüentemente, não podendo ter incidência alguma na prática pedagógica cotidiana, de modo que tende-se a seguir fazendo o que sempre se fez, porque, supostamente, nada de diferente e melhor é possível.

⁶ Uma postura metodológica semelhante à nossa, o leitor encontra em QUINTANA CABANAS, 1988. Nesta obra, o autor retoma nada menos que vinte antinomias da educação e, em relação a cada uma delas, sugere uma pista teórico-prática para a busca do equilíbrio. Este não é pensado em termos de superação dialética (*Aufhebung*), já que as antinomias citadas e outras ressurgem na prática educativa e, em cada contexto desta, o equilíbrio terá que ser procurado, se é que a formação do humano está sendo levada a sério.

1 A gratuidade da coisa

Cabe muito bem iniciar a reflexão sobre liberdade e destino evocando um texto de L. F. Veríssimo, “Irmãos”, do qual recortamos algumas passagens:

... Na noite em que eu fui concebido... eu era um entre milhões de espermatozoides. Mas só eu cheguei ao óvulo da mamãe.

... Milhões, bilhões. Só eu me criei, entende? Por acaso. Isso é o mais assombroso. A gratuidade da coisa.

... Podia ser qualquer um, mas fui eu. Por acaso.

... Hein? Obrigado. Agora, me diga. Por que eu? A gratuidade da coisa. Só eu fecundei o óvulo, virei feto, nasci, me criei e estou aqui, neste bar, de gravata, bebendo. Agora me diga, o que é isso?

... Se outro espermatozoide tivesse completado a viagem, não seria eu aqui. Ou seria?

... Se entre os espermatozoides que me acompanharam, e que não chegaram ao óvulo, estava o cara que ia descobrir a cura do câncer? Hein? Hein?

... Pois então. Eu me sinto culpado, entende? Acho que eu devia, sei lá. Ter feito mais da minha vida. Em honra a eles...⁷

Com efeito, cada um/a de nós existe e recebeu de graça a sua existência. Para qualquer um/a de nós é impossível criar-se a si próprio⁸. Eu⁹, você, qualquer um/a de nós poderia não tê-la recebido! O meu lançamento no existir não esteve em meu poder. Não sou livre em relação ao meu começo. Minha liberdade não é a origem desde a qual se funda meu ser. A fundação do meu ser pertence à minha facticidade¹⁰. Cada vez que eu me dou conta do fato de existir, muita coisa já tem ocorrido comigo; as condições objetivas determinantes da minha vida já estão postas.

⁷ VERISSIMO, 1984, p. 19-22. Os grifos são nossos.

⁸ RORTY, 1992, p. 144-146.

⁹ Nestas reflexões, a expressão “eu” designa a perspectiva de primeira pessoa do singular, valendo para qualquer um de nós, para qualquer ser humano.

¹⁰ ARENHART, 1997, p. 178.

No meu lugar e tempo, um/a outro/a poderia ter recebido o dom da vida ¹¹. Onde/quando eu estou, poderia estar um outro, um irmão meu, um não-nascido ou mesmo um nascido. Por isso, ainda que ninguém possa me substituir na responsabilidade de levar a minha vida, eu tenho responsabilidade perante os outros, perante a humanidade. Aquilo que eu faço de minha vida diz respeito também aos outros. Mesmo que eu não tenha sido consultado se eu queria viver, uma vez que eu nasci, estou em débito. Eu estou devendo, no duplo sentido da palavra. O que eu consigo efetivamente fazer (para a humanidade que me acolheu) sempre fica aquém do devido. Ou seja, as possibilidades de ação (para “saldar a minha dívida”) sempre ultrapassam aquilo que efetivamente eu faço ¹².

2 Destino, autodeterminação heróica e tragédia

Se um outro poderia ter nascido no meu lugar, eu estou aí em virtude da “gratuidade da coisa”, estou aí por acaso. Um contraponto a esta idéia da gratuidade encontra-se na posição fatalista em relação à vida, segundo a qual o curso desta é determinado pelo destino (*ananké*). A mitologia grega fala do destino como sendo uma divindade cega e inflexível, que detém o domínio absoluto sobre os céus, a terra, o mar e os infernos e cujas decisões são irrevogáveis ¹³. O fracasso das tentativas do herói para se subtrair às prescrições do destino foi muito bem expresso pelo teatro trágico grego ¹⁴. O enredo da peça teatral Édipo-Rei ilustra de modo exemplar a interpretação trágica da vida. Nesta peça, os personagens principais procuram fugir do destino e fazer o que lhes parece mais razoável, mas, cada pouco, o destino lhes prega uma peça.

Convém colocar sob suspeita a interpretação segundo a qual os

¹¹ Consideramos altamente sugestiva a pergunta “qual é a sua graça?”, enquanto pergunta pela identidade no que concerne ao vínculo familiar: o sobrenome, signo da cultura herdada, e o nome, indicador do roteiro inicial (*script*) traçado para cada um/a aqueles que o/a acolheram.

¹² Esta condição existencial de débito explica fenomenologicamente a possibilidade da culpa moral (Cf. ARENHART, 1997).

¹³ SÁTIRO, A. & WUENSCH, A. M., 1997, p. 33.

¹⁴ GALLO, 1997, p. 88.

acontecimentos centrais da tragédia de Édipo-Rei tenham resultado do desejo inconsciente do personagem. Entre o desejo de Édipo, de um lado, e os atos horrorosos do parricídio e do incesto, do outro lado, há um conjunto de oráculos que repetem maldições de antepassados, que formam uma trama intrincada e nodosa¹⁵. Como em outras peças do teatro trágico, essas maldições constituem o destino do personagem. Destino que, enquanto tal, é “herdado pelos descendentes, que estarão, desta forma, sempre lutando com fantasmas, fatalidades e injunções que escapam ao seu controle e transcendem a sua existência”¹⁶.

Qual crítica a mitologia grega lança contra o herói? Por que ao heróico é emparelhado o trágico? Em termos gerais, de acordo com a mitologia, as ações humanas “incorrem em falhas e erros de julgamento devido à presunção e ao orgulho e sua insistência em desconhecer as leis que regem o mundo e que são postas pelos deuses. É esse orgulho, justamente, que receberá o castigo divino”¹⁷. Em sintonia com esta crítica à soberba, os antigos romanos cunharam um ditado cujo sentido aproximado, em nosso idioma, é: “quem resiste aos fatos é por eles arrastado violentamente, mas quem se entrega a eles é por eles conduzido suavemente”¹⁸. Com base nesta crença, o filósofo Cícero, no Livro III de sua *República*, desenvolveu a tese de que quem não obedece à lei que nasce da natureza humana aliena-se, incorre na maior das penas,

¹⁵ NAFFAT NETO, 1989, p. 191. “A tragédia.. apenas conta que Laio, pai de Édipo, recebera um oráculo profetizando que seria morto pelo próprio filho. Entretanto, basta pesquisar o mito para descobrir que todas as versões mais correntes referem-se a esse oráculo repetindo uma antiga maldição que Laio recebera, em tempos passados, de Pélope, rei de Pisa, quando raptara seu filho Crisipo, para fazê-lo seu amante. Acontece que Laio se hospedara na casa de Pélope em tempos difíceis, e esse rapto representava uma traição à hospitalidade do rei. Por esta razão, Pélope lançou-lhe a maldição de que não teria filhos e se os tivesse morreria nas mãos do próprio filho, pedindo a Zeus que a realizasse. Feitas essas colocações, fica bastante claro que, se tivéssemos de colocar algum desejo na origem da tragédia de Édipo, esse desejo não seria o do herói, não sendo, portanto, desejo incestuoso e parricida; seria, isto sim, o desejo homossexual de seu pai, Laio” (Id. Ibid.).

¹⁶ Id. p 192. O grifo é nosso.

¹⁷ Id. p 192. O grifo é nosso.

¹⁸ *Fata volentem ducent nolentem trahun*. Cumpre notar que também a Bíblia judaico-cristã considera a arrogância como a origem de todos os pecados. O argumento decisivo da serpente para seduzir Adão e Eva ao pecado (e, conseqüentemente, à desgraça) foi o de que, se comessem do fruto da árvore proibida, se tornariam “como deuses, conhecedores do bem e do mal” (Gn 3,5).

prejudicando a si mesmo.

Se estas considerações acerca da mitologia grega devem ter validade em nossa atual interpretação da existência humana, então tem que ser levada a sério a tensão que vige entre a pretensa ação consciente, soberana e responsável e a factualidade de uma ação predeterminada, entre a ação presente e as ações do(s) (ante)passado(s), entre o discurso egóico e o discurso anônimo, entre o arbítrio e o destino, entre si mesmo e o Outro¹⁹.

3 A unidade dual entre destino/natureza e liberdade

Pressupomos que “a possibilidade está acima da realidade”²⁰; que, “a possibilidade, como existencial, é a determinação ontológica mais originária e positiva do ser/estar-aí” (humano)²¹; que o futuro detém prioridade ontológico-existencial sobre o passado²²; que, para a análise do humano, não se pode derivar o voluntário do involuntário²³. A partir destes pressupostos somos levados a admitir que, em cada ser humano, existe um princípio pessoal de liberdade, um desejo e uma exigência de estabelecer por si mesmo, de não receber feito, o que cada um pretende ser²⁴. Todavia, “não é menos certo que a natureza do universo parece ignorar esse princípio de liberdade e trata o ser humano como uma peça a mais do seu grande mecanismo”²⁵. Com efeito, na pessoa humana concreta, a livre decisão não é suficientemente poderosa para determinar, perfeita e totalmente, as ações pretendidas. Por mais que avance na tarefa

¹⁹ Id. p 193.

²⁰ HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Parte I. 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1993, p. 69.

²¹ Id. p 169.

²² HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Parte II. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 1993, p. 124.

²³ RICOEUR apud SEGUNDO, 1976, p. 170, n. 5.

²⁴ SEGUNDO, 1976, p. 27. Argumentos filosóficos a favor da possibilidade humana de ser livre, o leitor encontra em RABUSKE, 1999, pp. 91-92.

²⁵ SEGUNDO, 1976, p. 27. “A liberdade não regula as funções biológicas, por exemplo, a não ser naquilo que elas têm de mais superficial e contingente. E enquanto a atividade criadora do ser humano, sua capacidade de pensar, seu humor, dependem da digestão, esta se realiza sem a intervenção dessa faculdade que pretende reger todo o universo humano... E o mesmo acontece no plano psíquico, social, econômico etc.” (Id. Ibid.).

de apropriar-se de si mesma, esta disposição da pessoa sobre si mesma não deixa de sofrer resistência por parte da natureza que precede a liberdade. A práxis apresenta em cada caso um aspecto incomensurável, que foge ao domínio do sujeito; implica aquilo que Hegel chamou de “superabundância de efeitos involuntários e imprevistos”²⁶. “Há muita coisa no ser humano que permanece sempre, de certa forma, impessoal, impenetrável e opaca à sua decisão existencial, meramente sofrida, não livremente feita”²⁷.

Acreditamos que não se pode recusar, sem prejuízos, a tese clássica de que o exercício da liberdade é condicionado pela natureza preexistente. “Condicionar” significa “limitar” e, portanto, não há liberdade que não entre em choque com as forças da natureza e com elas não tenha que se haver. Mas “condicionar” quer dizer também “tornar possível”: as forças da natureza constituem os únicos instrumentos de realização da liberdade; esta não existiria sem aquelas²⁸. A liberdade consiste justamente na capacidade de conferir sentido e valor a elementos que, dentro e fora de mim, constituem sistemas independentes do meu arbítrio²⁹. Tornar-se livre significa pôr em ação um número sempre maior de determinismos. Estes são canais de força e instrumentos da ação livre³⁰. O que é pessoal só se expressa e se realiza “mediante forças que, ao mesmo tempo, o veiculam e o ameaçam”³¹. E a possibilidade de dominar estas forças não depende de mágicas para intensificar a auto-estima ou a força de vontade, mas do esforço para “abrir-se a dimensões e dinamismos novos que devolvam um sentido criador ao que se tornava irremediavelmente rotineiro”³².

Convém destacar que, se nossa vida fosse totalmente dominada pela natureza ou destino, seria impossível termos o desejo de liberdade.

²⁶ HEGEL, 1990, p. 74 ss.

²⁷ RAHNER, 1961, p. 401.

²⁸ SEGUNDO, 1976, p. 36.

²⁹ Id. Ibid.

³⁰ Id, pp. 36-38. 171.

³¹ Id, p. 172.

³² Id. Ibid. Trata-se aqui certamente de uma crítica às pretensões decisionistas, refêns da lei do menor esforço.

E, inversamente, não teria cabimento algum falar de “natureza” ou “destino”, se nós já não subentendêssemos “liberdade”. A experiência do projetar-se em possibilidades de ação é condição de possibilidade da experiência do inelutável, do forçoso, do irremovível, do destino. “Para que possa haver destino é indispensável que ser verifique iniciativa”³³. Sem a iniciativa da liberdade não há a experiência do destino, isto é, daquilo que não se pode evitar. Só porque podemos ser livres e desejamos ser livres, sentimos-nos incomodados pelos obstáculos à liberdade. À semelhança de uma onda violenta, que se sucede a outras, o destino vem de encontro à nossa tendência de nos criar a nós mesmos. À medida que eu teimo em jogar ao lixo a herança biológica e cultural, pretendendo ser totalmente original, ou seja, empenhando-me por me fundar a mim mesmo, a cada passo, como o herói trágico, vou descobrindo mais um dos fios com os quais foi tecido o destino, que se me vai impondo com as marcas da facticidade, da necessidade e do acaso³⁴.

Manifestamente, a idéia de destino não se casa com a idéia ilusória de liberdade absoluta. Mas ela não é incompatível com a idéia concreta de liberdade. A liberdade só é possível a partir do fato de que, cada vez, eu estou aí e tenho que levar minha vida, no interior de tudo o que eu herdei. A herança me impõe limites e me oferece possibilidades determinadas. Tratando de expor a “ética da finitude” de Martin Heidegger e sustentando que esta nada tem de decisionista, Loparic afirma que “eu não escolho de maneira arbitrária entre as possibilidades que herdei. A autoridade da tradição pode ser desconstruída, mas não pode simplesmente ser ignorada”³⁵. Quanto mais estiver empenhado na tarefa de determinar, a partir de si, o modo como quer existir, mais o ser/estará humano tem que suportar a dor consciente de não-ser sua própria criação, pois o vocabulário final, determinante de qualquer projeto possível, é sempre “apenas algo para onde ele foi atirado – linguagem que se deu o caso de ser falada pelo povo entre o qual cresceu”³⁶.

Esta dependência da linguagem ilustra bem o quanto o destino vem ter aqui comigo “desde as regiões longínquas do mundo” como uma

³³ GUARDINI, s/d, p. 155.

³⁴ LOPARIC, 1990, p. 189 ss; GUARDINI, s/d, p. 135 ss.

³⁵ LOPARIC, 1995, p. 64. O grifo é nosso.

³⁶ RORTY, p. 145.

realidade simultaneamente interna e externa que não pode ser dominada, geralmente se opondo a toda e qualquer penetração da inteligência³⁷. É a esse impenetrável, denunciado pelas leis (necessidade), fatos (facticidade) e acasos (contingência) e atuante na nossa própria ação que se refere o sentimento fundamental de angústia³⁸. O destino é experienciado pela liberdade como um poder que se abate sobre ela, muitas vezes contra ela, ao modo de uma “vontade” que impõe³⁹. Devido a este núcleo de resistência tenaz no próprio ser, o esforço de tornar-se si-mesmo em sentido próprio não é dissociável da experiência do trágico⁴⁰.

Mas há ainda algo mais na idéia de destino. Na medida em que me é dado escolher e conduzir os acontecimentos que vêm ao meu encontro, sou parte ativa na elaboração do meu destino. Pelo simples fato de desenvolver sua própria existência, dentro e fora de si, cada um vai traçando aquilo que, posteriormente, não pode mais ser evitado, aquilo contra o qual, depois, não adianta lutar. Realizar-se a si próprio exclui automaticamente realizar “a totalidade de nossas inclinações”, que é o alvo para o qual aponta a idéia de felicidade. Todas as nossas escolhas contêm esse elemento não escolhido, que é a eliminação de possibilidades e o estabelecimento de compromissos que não podem mais ser desfeitos⁴¹.

Portanto, só a liberdade radicada no espírito é capaz de se sentir levada ou travada pelo destino. Mediante a imaginação criadora, a liberdade transpõe os limites da necessidade/natureza e, não obstante, vê-se forçada a estruturar-se nela⁴². Somente a liberdade, que anseia apaixonadamente por algo, pode sentir a dureza dos fatos e erguer-se contra eles. Por outro lado, só ela tem a possibilidade de conhecer o

³⁷ GUARDINI, s/d, p. 150-151.

³⁸ Id. p 154.

³⁹ Id. p 152-153.

⁴⁰ Sobre a questão da relação entre o ético e o trágico, confira ARENHART, 1997, pp. 205-212.

⁴¹ ARENHART, 1997, p 181.

⁴² “Os projetos humanos exigem instrumentos para a sua realização... Assim, por exemplo, para que eu me transfira de um lugar para outro, pode ser necessária, num determinado momento e em dada situação, a utilização de um cavalo. Mas o cavalo tem a sua própria vida, isto é, o seu próprio mecanismo interno, suas próprias ‘intenções’, nas quais não entra, de forma alguma, meu interesse em chegar a tal lugar. É necessário fazer coincidir, de um lado, o equilíbrio entre o alimento e a fome do cavalo, sua fidelidade natural ao seu senhor ou o seu temor do castigo e, de outro lado, minha intenção de viajar. Isso supõe, pois, em mim, ginete, um conhecimento do cavalo e, mais ainda, um moderado consentimento à sua própria vida, para levar avante a minha, ou seja, para chegar ao destino” (SEGUNDO, 1876, p. 35).

sentido do destino nas alternativas da existência⁴³.

Relativamente àquilo que vem a mim, pouco podem o meu desejo e minha vontade racional. O que eu posso é definir cada vez como eu tomo/recebo o que vem a mim, como me posiciono frente a isso⁴⁴. No Volume 27 das *Obras Completas*, de Martin Heidegger podemos ler:

Também aquilo que não resulta de decisão própria e expressa, como a maioria das coisas no ser/estar-aí, deve ser apropriado e retomado desta ou daquela maneira, ainda que apenas no modo do conformar-se a, do espremer-se para algo; mesmo aquilo que em nós não depende da liberdade no sentido estrito, uma doença ou determinada predisposição natural, nunca é algo puramente subsistente, mas aquilo que desta ou daquela maneira foi aceito ou repudiado no como do ser/estar-aí⁴⁵.

O sentido do que vem a mim não é algo simplesmente dado que se impõe a mim, mas é o modo como eu me deixo afetar por isso. O “sentido” de que aqui se trata não é o sentido neutral e objetivamente constatado, mas o sentido de execução (*Vollzugsinn*), o qual brota do engajamento em projetos de ação social. No contexto prático destes, longe de pretender criar-se a si mesmo a partir do nada, mas, ao contrário, buscando tornar próprio o que herdou (Goethe), cada um tem a possibilidade de “refazer um nascimento”, de “romper com o nascimento carnal” (Deleuze), ligada ao querer tornar-me digno daquilo que lhe acontece⁴⁶.

⁴³ ARENHART, 1997, p. 179-181.

⁴⁴ Aqui vale o ditado brasileiro “A vida tem a cor que você pinta” e o ditado alemão “*Es ist einem wie man sich es holt*” ou “*Es kommt (einem so zu) wie man es annimmt*”.

⁴⁵ *Auch das, was nicht eigener ausdrücklicher Entscheidung erwächst, wie das meiste im Dasein, muss so oder so rückgreifend angeeignet werden, wenn auch nur im Modus des Sichabfindens mit, Sichdrückens um etwas; selbst solches, was an uns gar nicht der Freiheit im engeren Sinne untersteht, eine Krankheit oder bestimmte Veranlagung, ist nie etwas einfach Vorhandenes, sondern solches, das so oder so in das Wie des Daseins aufgenommen oder verworfen worden ist* (HEIDEGGER, 1996, p. 337).

⁴⁶ NAFFAT NETO, 1989, p 193.

Considerações finais

Acreditamos que esta reflexão antropológico-existencial pode encontrar eco no contexto das práticas educativas neste momento de desilusão quanto à aplicação dos processos racionais de controle nas práticas educativas, ou seja, num momento em que a razão racionalizadora em Pedagogia anda aos tropeções e os profissionais da educação, aos prantos quanto à auto-estima⁴⁷. Também na prática pedagógica convém buscar um equilíbrio entre a postura decisionista, de um lado, e a postura fatalista, de outro. Ao afirmar isto, estamos presumindo que, no contexto multicultural da pós-modernidade, a insistência decisionista dos profissionais da educação em continuar organizando, frustração após frustração, suas práticas cotidianas com base no conceito despótico de “domínio de classe”, leva-os, mais cedo ou mais tarde, a “jogar a toalha”, isto é, a escorregar para a postura fatalista, “não-diretiva”. No contexto atual, é contraproducente encarar a educação como um mero projeto de controle racional de variáveis⁴⁸. O sentido de uma ação social que se realiza a partir de uma pluralidade de crenças, de ideais e de situações, como é a ação pedagógica, não se encontra apenas no planejamento racional, mas também e fundamentalmente na dramaticidade da conversação e da negociação. Nesta via, a realização pessoal requer a busca de equilíbrio entre o ético e o trágico. Por este caminho é que os profissionais da educação podem realizar o que lhes cabe, do ponto de vista antropológico, a saber, prestar auxílio à tarefa intransferível de cada educando de tornar-se um ser humano singularizado⁴⁹.

Referências Bibliográficas

ARENHART, Livio O. **Existência e culpabilidade**: um estudo do parágrafo 58 de **Ser e Tempo**, de Martin Heidegger. Dissertação de

⁴⁷ NÓVOA, 1996, p. 79.

⁴⁸ Id. p 80.

⁴⁹ QUINTANA CABANAS, 1988, p 194.

Mestrado. Porto Alegre, PUC/RS, Programa de Pós-graduação em Filosofia, Outubro de 1997.

GALLO, Sílvio (Coord.). **Ética e cidadania**. Campinas/SP: Papyrus, 1997.

GUARDINI, Romano. **Liberdade, graça e destino**. Lisboa: Aster, s/d.

HEGEL, Georg W. F. **A razão na história**. São Paulo: Moraes, 1990.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Parte I. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **Ser e tempo**. Parte II. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. Einleitung in die Philosophie. Freiburger Vorlesung Wintersemester 1928/1929. In: **Gesamtausgabe**. Band 27. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1996.

LOPARIC, Zeljko. **Heidegger réu**. Campinas/SP: Papyrus, 1990.

_____. **Ética e finitude**. São Paulo: EDUC, 1995.

MOLTMANN, Jürgen. **El hombre – Antropología cristiana en los conflictos del presente**. 4ª ed. Salamanca: Sigueme, 1986

NAFFATNETO, Alfredo. “O psicólogo clínico”. In: LANE, Sílvia T. M. & CODO, Wanderlei (Org.). **Psicologia Social**. O homem em movimento. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

NÓVOA, António. “As Ciências da Educação e os Processos de Mudança”. In: PIMENTA, Selma Garrido (Coord.). **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez, 1996, p. 79.

QUINTANA CABANAS, José Maria. **Teoría de la educación – Concepción antinómica de la educación**. Madrid: DIKINSON, 1988.

RABUSKE, E. A. **Antropologia filosófica**. 7ª ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

RAHNER, Karl. **Escritos de Teología**. Madrid: Taurus, 1961.

RICOEUR, Paul. **Finitud y culpabilidad**. Madrid: Taurus, 1969.

RORTY, Richard. **Contingência, ironia e solidariedade**. Lisboa: Presença, 1992.

SÁTIRO, Angélica & WUENSCH, Ana Miriam. **Pensando melhor – Iniciação ao filosofar**. São Paulo, Saraiva: 1997.

SEGUNDO, Juan Luis. **Teologia aberta para o leigo adulto**. V. 2. Graça e condição humana. São Paulo: Loyola, 1976.

TEIXEIRA, Luiz Gonzaga. **O elogio da Pedagogia**. São Paulo: Loyola, 2001.

VERISSIMO, Luis Fernando de. **O analista de Bagé**. 81ª ed. Porto Alegre, L&PM, 1984.

Recebido em dezembro de 2004

Aprovado em fevereiro de 2005